

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2015

Institui normas gerais para a revitalização da  
bacia hidrográfica do rio São Francisco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui normas gerais para a revitalização da  
bacia hidrográfica do rio São Francisco.

**Art. 2º** São princípios para a revitalização da bacia  
hidrográfica do rio São Francisco:

I – a gestão sistemática dos recursos hídricos, que considere  
os aspectos quantitativos e qualitativos e os usos prioritários desses  
recursos;

II – a preservação e recuperação das áreas protegidas, da  
biodiversidade e do solo;

III – a universalização e integralidade na prestação dos  
serviços de saneamento básico;

IV – a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades  
econômicas da bacia, responsáveis pela geração de emprego e renda.

**Art. 3º** As ações relacionadas à revitalização da bacia  
hidrográfica do rio São Francisco devem alinhar-se aos seguintes objetivos:



SF/15355.01302-06

I – aumentar a oferta e a reservação hídricas;

II – fomentar o uso racional dos recursos hídricos;

III – ampliar a área de cobertura vegetal de Unidades de Conservação da Natureza e de Áreas de Preservação Permanente associadas à preservação dos recursos hídricos;

IV – expandir a prestação dos serviços de saneamento básico;

V – promover a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos.

**Art. 4º** Consideram-se prioritárias as seguintes ações para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco:

I – construção de açudes e reservatórios de água, para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos;

II – estabelecimento de metas de volume útil aos reservatórios de água da bacia do rio São Francisco, de modo a preservar os usos múltiplos e prioritários de recursos hídricos;

III – instalação de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva;

IV – implementação de sistemas de abastecimento de água por poços de água subterrânea, onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica;

V – construção e modernização, quando couber, de estações de tratamento de efluentes;

VI – elaboração e atualização dos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas do rio São Francisco e de seus afluentes;



VII – ações de fiscalização para regularização das outorgas de direito de uso de recursos hídricos;

VIII – ações de fiscalização ambiental com foco em propriedades que apresentem áreas degradadas previstas no art. 5º, parágrafo único, desta Lei;

IX – mapeamento, pelo órgão ambiental competente, das áreas previstas no art. 5º, parágrafo único, desta Lei;

X – pagamento por serviços ambientais;

XI – assistência técnica e extensão rural, com foco em manejo e métodos de irrigação mais eficientes, conservação dos solos e recuperação de áreas degradadas.

Parágrafo único. As ações previstas nos incisos VII e VIII serão desenvolvidas pelo Poder Público, em todos os níveis, de forma articulada, com planejamento e participação conjunta dos respectivos órgãos competentes.

**Art. 5º** Os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco – nos termos das Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – serão aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos as Áreas de Preservação Permanente previstas no art. 4º, incisos I, II, III, IV e XI, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que não disponham de cobertura vegetal ou que não disponham de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração.



**Art. 6º** O Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

**Art. 7º** Os Estados inseridos na bacia hidrográfica do rio São Francisco devem dispor de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender as demandas relacionadas a recursos hídricos.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A degradação da cobertura vegetal e o uso desordenado de recursos hídricos prejudicam a disponibilidade hídrica da bacia do rio São Francisco. As iniciativas relacionadas à revitalização dessa bacia carecem de coordenação e de maior aporte de recursos, por isso não têm obtido êxito no seu principal objetivo: a busca de soluções para os problemas socioambientais que têm ocasionado a degradação da bacia e, consequentemente a diminuição da produção de água.

O Tribunal de Contas da União, em 2012, avaliou o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, lançado em 2001, e concluiu que o programa recebe parcela bastante modesta de recursos, além de as atividades desenvolvidas estarem dispersas, sendo insuficientes para reverter o quadro de degradação da bacia. Ademais, apontou-se que as fragilidades apresentadas pelo Plano Decenal, em 2004, ainda persistem.



Nesse contexto, percebe-se que a criação de uma lei que estabeleça normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco pode contribuir significativamente para aperfeiçoar a coordenação das iniciativas de revitalização, nos níveis federal, estadual e municipal, e, com isso, lograr melhores resultados. Essa coordenação poderá ser aprimorada com auxílio dos arts. 2º, 3º e 4º desta proposição, que instituem princípios, objetivos e ações prioritárias para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Com relação às ações prioritárias, ressalta-se a importância do art. 4º, inciso VI, deste projeto, que estabelece como prioridade a elaboração e atualização dos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas do rio São Francisco e de seus afluentes. Sabe-se que o último Plano Decenal elaborado para a bacia do rio São Francisco possuía horizonte de 2004 até 2013 e que, portanto, já expirou. Além disso, muitas das bacias de afluentes do São Francisco não dispõem de Plano de Recursos Hídricos, prejudicando o planejamento sistemático no âmbito da bacia.

Finalmente, merecem destaque o art. 5º desta proposição, pois propiciará a aplicação de recursos na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos, e o art. 6º, por colaborar para a criação e ampliação de unidades de conservação comprovadamente essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Ciente da relevância desta proposição para a revitalização do São Francisco, solicito o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

**Senadora LÍDICE DA MATA**



## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

### LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:



SF/15355.01302-06

## CAPÍTULO II

### DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

#### Seção I

##### Da Delimitação das Áreas de Preservação Permanente

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

~~I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:~~

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

~~III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento, observado o disposto nos §§ 1º e 2º;~~

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento; [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)

~~IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;~~

~~IV — as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; ([Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012](#)).~~

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; ([Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012](#)).

~~XI — as veredas.~~

~~XI — em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012](#)).~~

XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado. ([Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012](#)).

